

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 064

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Orlando Pessuti</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Péricles de Holleben Mello</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>José Maria Ferreira</i> |
| <i>PL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Ricardo Maia</i> |
| <i>PSC</i> | <i>Chico Noroeste</i> |

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE JUNHO DE 1999**
(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Senhora Maria Lazain Rodrigues, falecida no último dia 05 de junho, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Senhora Sueki Assuda Mogame, falecida no último dia 05 de junho, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO nº 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do jovem Flávio Sérgio Rotta, falecido no último dia 02 de junho, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, Aragão de Mattos Leão Filho, ocorrido no último dia 06 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Aragão de Mattos Leão Filho, era médico e empresário. Foi Deputado Estadual de 1979 a 1982 e Deputado Federal por duas legislaturas, entre 1982 e 1990, representando Guarapuava e as regiões centro-oeste e centro sul do Estado.

Era casado, pai de quatro filhos. Um grande companheiro da família e dos amigos, deixou laços de amizade por toda Guarapuava.

Sempre esteve ligado ao meio político-partidário.

Neto do ex-Prefeito de Guarapuava, José Mattos Leão, sobrinho do ex-Senador e ex-Secretário de

Estado da Justiça, João de Mattos Leão e irmão do ex-Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Artagão de Mattos Leão, fazia parte de uma família de grande tradição na política de Guarapuava e do Paraná.

Empresário atuante. Tinha empresas nos setores agropecuário, de comunicação, industrial e hospitalar.

Faleceu dia 06 de junho de 1999, aos 52 anos de idade.

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Vereador Benedito de Paula Louro, ocorrido no último dia 06 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Benedito de Paula Louro, era funcionário público estadual aposentado, empresário rural e atualmente, integrante dos quadros do PDT do Paraná; foi Vereador em Curiuva por um mandato, e em Guarapuava por seis legislaturas, tendo sido Presidente da Câmara de Guarapuava em duas ocasiões.

Era casado, pai de 8 filhos.

Sempre ligado ao meio político-partidário, desenvolvia um grande trabalho para as comunidades que representava, particularmente para o Distrito de Guairacá, defendendo de forma destacada as áreas da educação e agropecuária. Foi um dos grandes batalhadores pela ligação asfáltica da BR 277 ao Distrito de Guairacá; obra esta efetivada pelo Governo do Estado.

Faleceu dia 6 de junho de 1999, aos 69 anos de idade, deixando saudades aos seus familiares, amigos e eleitores.

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Planas, aos 96 anos, ocorrido na cidade de Maringá no último dia 31 de maio.

Angelo Planas, foi um dos pioneiros de Maringá, homem público, comerciante, desbravador, deixa um marco na história daquele município.

Sala das Comissões, em 09.06.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Adalberto Luiz Medeiros, por ter assumido em 28 de maio do corrente o cargo de Presidente da ASMAEL, Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (R. Des. Westphalen, 1566, Curitiba).

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Assumir, em 28 de maio de 1999 o Cargo de Presidente da ASMEL - Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer, bem como debater amplamente a política nacional sobre a matéria.

Como sabemos, os Municípios todos lutam em busca de melhor qualidade do esporte e lazer, dando grande ênfase ao assunto, especialmente no que diz respeito aos adolescentes e jovens, buscando canalizar seu potencial ao esporte, tirando-os desta forma do risco de situações que levam à violência, tão grande e infelizmente tão comum nos dias de hoje.

Pelo cargo que ora assume, revestido de elevada importância, tal a responsabilidade que abarca, receba o Dr. Adalberto Luiz Medeiros, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Ferroviária Federal S/A (R. João Negrão, 940 - Ctba.), pela comemoração dos 119 anos da Estrada de Ferro Curitiba, Paranaguá, em 05 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, comemorou em 05 de junho do corrente, 119. Conhecida como Caminho do Itupava, ela foi inaugurada oficialmente em 05 de junho de 1885, 5 anos antes D. Pedro II lançara a pedra fundamental. Uma das mais ousadas obras de engenharia do século, a ferrovia é destacada pelas belezas naturais existentes na Serra do Mar. Ao longo dos 110 sinuosos quilômetros da estrada de ferro, os passageiros atravessaram trinta pontes e 420 obras de arte naturais e ainda túneis, viadutos e pontes. O ponto mais elevado está à entrada oeste do Túnel da Roça Nova, onde a linha atinge 955 metros de altura sobre o nível do mar e o mais baixo na Estação do Porto D. Pedro II, em Paranaguá, com 5 metros.

Incluindo Curitiba e Antonina são quinze estações ao longo da ferrovia: Pinhais, Piraquara, Roça Nova, Banhado, Véu da Noiva, Marumbi, construída na encosta do Pico Marumbi, Engenheiro Lange, Porto de Cima, Morretes, Saquarema, Alexandra, Paranaguá, D. Pedro II e Antonina.

O trecho Curitiba-Paranaguá foi construído em 3 etapas com a participação de mais de 9 mil homens e é considerado o segundo roteiro mais visitado por turistas do Sul do Brasil, sendo superado apenas pelas Cataratas do Iguaçu.

Pela comemoração dos 119 anos da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, receba a Rede Ferroviária Federal, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) por ter sido agraciada com o Prêmio "Bem Eficiente", em data de 09/06/1999.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN), com sede em Curitiba, está recebendo hoje em São Paulo, o Prêmio Bem Eficiente, um certificado que atesta a seriedade e competência da Instituição. promovida pela Empresa Kanitz & Associados, desde 1997, a premiação que está sendo entregue a 50 instituições visa estimular o bom desempenho das entidades filantrópicas brasileiras.

Este prêmio representa a consolidação da qualidade do serviço prestado aos pacientes com neoplasia atendidos em Curitiba. A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que auxilia gratuitamente o tratamento de crianças de 0 a 17 anos e 11 meses, há 15 anos. A entidade concorreu com mais 150 entidades em todo o Brasil. Entre os critérios estabelecidos para a premiação estavam a transparência na gerencia de recursos, eficiência no atendimento, organização e situação financeira.

A APACN é administrada por cerca de 200 voluntários e atende cerca de 60 acompanhantes, e para o atendimento dos pacientes a associação dispõe de 17 funcionários (assistentes sociais, psicólogos, motoristas, secretária, cozinheira e zeladora). Na casa de Apoio mantida pela Associação as crianças têm, além de hospedagem, alimentação, medicamentos pós-quimioterápicos, tratamento ambulatorial, odontológico, acompanhamento pedagógico, escola temporária, acompanhamento

psicossocial, serviços de marcação de consultas, exames e serviços de traslado aos hospitais.

Por todo este importante trabalho a APACN foi merecidamente reconhecida como Prêmio Bem Eficiente. Receba aquela Instituição, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, votos de congratulações ao Jornalista Pedro Washington de Almeida, pelo lançamento, neste último dia 08/06/99, nesta Casa, do livro de sua autoria "Paraná Político de Cabo a Rabo"!

Neste livro o autor focaliza aspectos curiosos e inéditos da política e dos políticos do nosso Estado, razões que nos levam a cumprimentá-lo.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Coronel Vivida e Honório Serpa, tendo em vista que a infraestrutura já foi concluída, enquanto seu asfaltamento final não se concretiza, trazendo prejuízos não só para o Estado, como de toda a economia regional, principalmente agrícola.

Anexo, abaixo-assinado da Comissão para conclusão das obras do asfaltamento em reunião no dia 21 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Segismundo Morgenstein, MD. Diretor da FUNDEPAR, solicitando verba adicional ao Fundo Rotativo no valor de R\$2.140,00, para a instalação de alarme nas principais dependências da Escola Estadual "Jorge Schimmelpfeng" Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu.

Tal proposta pretende evitar a depredação e o roubo que a Escola vem sofrendo, conforme pedido da Escola através do Ofício nº 027/99.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso Supletivo Fase III - Ensino Médio a partir do 2º Semestre de 1.999 no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre em Foz do Iguaçu.

Tal proposta pretende atender os jovens e adultos da comunidade escolar que terminaram a Fase II e querem dar continuidade aos seus estudos naquele estabelecimento de Ensino, conforme solicitação da Escola através do Ofício nº 059/99 anexo.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) CHICO NOROESTE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 311/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O provimento de cargos e empregos públicos, nos órgãos e entidades da administração direta, indireta e funcional, obedecido o princípio do concurso público e provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva de percentual de até 5% (cinco por cento) para pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º - Para gozar dos benefícios desta lei, os portadores de deficiência deverão declarar, no ato de inscrição ao concurso público, o grau de incapacidade que apresentam.

§ 2º - O órgão responsável pela realização do concurso público garantirá aos portadores de deficiência as condições especiais necessárias à sua participação nas provas.

§ 3º - As frações decorrentes do cálculo do percentual de que trata este artigo só serão arredondadas para o número inteiro subsequente quando maiores ou iguais a 5 (cinco).

Art. 2º - Os portadores de deficiência participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que respeita ao conteúdo e à avaliação das provas.

§ 1º - Após o julgamento das provas, serão elaboradas duas listas, uma geral, com a relação de todos os candidatos aprovados, e uma especial, com a relação dos portadores de deficiência aprovados.

§ 2º - As vagas, reservadas nos termos do artigo 1º desta lei, ficarão liberadas se não tiver ocorrido inscrição, no concurso, ou aprovação de candidatos portadores de deficiência.

§ 3º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, será elaborada somente uma lista de classificação geral, prosseguindo o concurso nos seus ulteriores termos.

Art. 3º - No prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação das listas de classificação, os portadores de deficiência aprovados deverão submeter-se à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo ou emprego.

§ 1º - A perícia será realizada no órgão médico oficial do Estado por especialista na área de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data do respectivo exame.

§ 2º - Quando a perícia concluir pela inaptidão do candidato, constituir-se-á, no prazo de 5 (cinco) dias, junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

§ 3º - A indicação de profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias, contado da ciência do laudo referido § 1º.

§ 4º - A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias, contado da realização do exame.

§ 5º - Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.

Art. 4º - O concurso só poderá ser homologado depois da realização dos exames mencionados no artigo anterior, publicando-se as listas geral e especial, das quais serão excluídos os portadores de deficiência considerados inaptos na inspeção médica.

Art. 5º - Os editais de concurso a serem publicados a partir da vigência desta lei, conterão os elementos necessários aos conhecimentos do que nela contém, sob pena de nulidade.

Art. 6º - Esta lei não se aplica aos concursos cujos editais tenham sido publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, em seu artigo 27, inciso VIII, dispõe que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

A Constituição Federal, no artigo 37, inciso VIII, também prescreve que deve a lei reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definir os critérios de sua admissão.

Em 1993, foi proposto projeto de lei complementar no sentido de regulamentar essa disposição da Constituição Estadual. Contudo, a matéria não prosperou.

É preciso, em razão das disposições da Constituição Federal e da Constituição Estadual, definir em que condições o portador de deficiência terá acesso a concurso público realizado por entidades do Estado do Paraná, sejam da administração direta, indireta ou fundacional.

A pessoa portadora de deficiência, com condições de exercer atividades no mercado de trabalho, vem a cada dia conquistando espaço e não se pretende conferir a essa parcela da população qualquer privilégio, mas sim a condição de competir em igualdade com os demais cidadãos.

O princípio da igualdade inscrito na Constituição Federal consiste em tratar os desiguais de forma desigual. Nesse caso específico, trata-se de conferir ao portador de deficiência instrumento de participação em concursos públicos do Estado do Paraná de forma igual aos demais participantes.

Em face do exposto e na certeza do alcance desta proposição, espera-se contar com o voto favorável dos nobres Deputados deste parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 312/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a destinar o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas, quando da realização de concurso público para os Quadros das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar, para as mulheres.

Art. 2º - As Corporações mencionadas no artigo anterior deverão providenciar as adaptações necessárias ao bom desempenho das funções.

Art. 3º - As Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Administração, regulamentarão a presente lei no prazo máximo de sessenta dias, contados de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

As mulheres, que constituem 50% (cinquenta por cento) da população brasileira, atuam hoje nos mais diferentes segmentos da economia nacional, com destacada participação nos três poderes e no serviço público federal, estadual e municipal.

Apesar de injustas discriminações que ainda sofrem, como a retribuição pecuniária pelos serviços prestados, lutam para ter o reconhecimento de sua capacidade e buscam novos horizontes de trabalho, a exemplo das Forças Armadas Brasileiras, Policiais Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar, onde sua presença ainda é muito tímida.

As Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são os instrumentos do Estado para proporcionar a segurança pública aos paranaenses. Devem estar presentes no dia-a-dia do cidadão, preservando a ordem pública, a cidadania, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Assim, muitas vezes efetivos policiais, formados estritamente por homens, deparam-se com atendimento a mulheres, em ocorrências ou acidentes, que requerem revistas ou primeiros socorros, culminando em pesaroso constrangimento, perfeitamente evitável caso um policial, no mínimo, for do sexo feminino.

É a nossa proposta, para qual solicitamos a especial atenção dos nobres colegas Deputados, com uma pronta e favorável apreciação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje, para registrar um ofício que recebemos de parte do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ofício 180/99; em que o BRDE faz um relato sobre a movimentação, sobre o trabalho da diretoria do BRDE em Brasília, no período de 26 a 30 de abril deste ano.

Então, relato aqui acerca da audiência que teve com o Embaixador José Botafogo Gonçalves - da Câmara do Comércio Exterior da Presidência da República, audiência que teve com o Ministro Francisco Turra - da Agricultura e do Abastecimento, audiência que tiveram com o Ministro Rafael Greca - Ministro dos Esportes e do Turismo, audiência que tiveram com o Banco Central, audiência que tiveram com o Embaixador Celso Laffer - Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, audiência que tiveram com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, falam a respeito da reunião com os Parlamentares, Deputados Federais e Senadores da Região Sul, da audiência pública da qual participaram na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Em cada uma dessas audiências eles

relatam quais as providências, os assuntos e os temas que foram abordados. Agora, desse ofício, trazido a nós pelo BRDE, o que mais nos chama a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta parte que nós vamos dar ciência aos Srs. Deputados.

Diz este ofício: No período de janeiro de 98 a março de 99 o sistema BNDS/FINAME repassou ao BRDE R\$365 milhões, enquanto que as amortizações atingiram o montante de R\$472 milhões. O BRDE mandou 365 e o BRDE pagou 472, equivalendo isso dizer que houve uma evasão de recursos da Região Sul, neste período de janeiro/98 a janeiro/99, na ordem de R\$107 milhões de reais.

Há que se considerar ainda que nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1999 o BRDE pagou R\$90,8 milhões sem que nenhuma nova operação tenha sido aprovada pelo BNDS, sob a alegação de falta de limite operacional. Ou seja, o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mandaram para o BNDS R\$ milhões, e não conseguiram aprovar nenhuma das operações.

Essa situação torna-se ainda mais grave na medida que está impedindo que o BRDE cumpra compromissos contratuais junto aos seus clientes. Por que está impedindo o BRDE de cumprir esses acordos? Porque não estão sendo liberadas as primeiras parcelas de recursos para projetos aprovados pelo próprio BRDS e já contratados pelo BRDE.

A sustação do processamento de todas as operações analisadas neste período está gerando transtornos e constrangimentos ao BRDE, aos seus parceiros e aos próprios clientes que ficaram na dependência dessa definição para que se possa dar o curso aos projetos aprovados pelo Banco. Até mesmo operações no âmbito do PRONAF, de valores, poderíamos dizer até inexpressivos, estão pendentes de processamento. Então, diante disso o BRDE, junto com os Deputados Federais, definiram uma listagem, uma pauta de proposta. Primeiro: definição do novo limite operacional para o BRDE, segundo: flexibilização de prazos de financiamentos, terceiro: refinanciamento com reativação do limite e revisão dos critérios fixados na decisão 241/97. Quarto item seria BNDS exportação, imediata ampliação dos prazos às operações existentes de financiamento à exportação. O quinto item é para o setor hoteleiro: ampliação de prazos de financiamento ao setor hoteleiro e capital de giro associado, incluído nas operações de Finame na modalidade de financiamento ao capital de giro associado.

Faço esse registro porque imagino que todos os Srs. Deputados tenham recebido esse documento para que possa mais uma vez ficar evidenciado que o Paraná e a região Sul tem sido discriminado nas ações das instituições Federais desse País. Nós que já somos discriminados na questão da imunidade

tributária imposta em cima da energia elétrica, imunidade tributária está que estamos propondo junto à comissão que trata da reforma tributária conduzida pelo Deputado gaúcho, Germano Rigor, que seja revista essa questão da imunidade tributária, que seja eliminado da constituição este item que estabelece a imunidade tributária, porque não só nós, mas todos os Srs. Deputados que o Paraná perde ao redor de 400 milhões por ano a título de ICMS não recebido pela energia que manda para outros Estados. O Paraná que já perde também na compensação em cima da lei que todos nós aplaudimos pelo seus benefícios ao setor produtivo rural, nós somos daqueles que defendemos a Lei Kandir que estabelece a desoneração dos tributos para as exportações de produtos primários e elaborados; mas também defendemos que se reveja essa Lei Kandir, principalmente ao aspecto da compensação que se dá aos Estados produtivos como é o caso do Paraná. E agora faço esse registro para que todos possam mais uma vez verificar que o Governo Federal, que já implantou o FUNDEP, que vem aí com a Lei Kandir, que vem aí com a imunidade tributária na Constituição, mas uma vez penaliza o Paraná ao não mandar ao Paraná os recursos do BNDS e outros recursos que poderiam ativar o financiamento de empreendimentos geradores de emprego em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deputado Irineu Colombo, estou fazendo um requerimento a esta Casa e quero encaminhá-lo ao Secretário da Saúde para saber se é proibido, conversei com alguns médicos, inclusive um da Assembléia, o Doutor Sheib, e o Doutor Sheib me deu uma aula, uma moça de dezesseis anos que toma medicamentos com drogas para emagrecer. Esse tipo de medicamento - transforma a personalidade da pessoa. Ela, sem os medicamentos, é uma pessoa normal - quando ingere os medicamentos com bebida alcoólica vira um mostro, havendo irritabilidade, agride pessoas dentro da família. Ela agrediu a sua mãe, os irmãos. Ela não usava nenhum tipo de droga: nem a cocaína, o craque ou heroína. A mãe dela disse que ela usava anfetaminas, que são as bolinhas, as boletas, como dizemos na gíria policial. Essas boletas e anfetaminas são colocadas em medicamentos para pessoas obesas tomarem. Elas param de comer, cessa o apetite - se ingerida com bebida alcoólica ou mesmo sem bebida alcoólica transforma essa pessoa num perigo dentro do lar, para a família. A pessoa fica irritada e agressiva, se trans-

formando num perfeito demônio. Parece que ela está possuída por fantasias inimagináveis.

Estou fazendo um requerimento a essa Casa, porque tivemos no Governo Álvaro Dias uma fiscalização severa contra esse tipo de receitaário. E muitos médicos foram penalizados, através do Poder Judiciário, por fornecer esse tipo de medicamento a pessoas obesas e jovens. Eu queria o apoio dos Srs., principalmente de V.Exa que muito tem contribuído com esse parlamento. V.Exa. tem dado a sua parcela de contribuição em defesa das nossas famílias e dos nossos filhos.

Há a necessidade de que o Secretário da Saúde responda por que é liberado esse tipo de medicamento com drogas. ele vicia e é um vício como a cocaína, a maconha, o craque e de qualquer derivado tóxico.

Dentro do Horário do PFL, concedo um aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Há poucos dias assisti num canal de televisão um médico, especialista no tratamento de meninas, que entraram nesse caminho, de tratamento, emagrecem, ficam magérrimas, vão para o espelho e se acham gordas, o nome da doença é anorexia.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É isso mesmo. Entra num estado de depressão.

O Sr. Irineu Colombo

Que pode levar à morte. Para fazer voltar ao normal do que efetivamente para chegar àquela magreza, digamos assim.

Os medicamentos, infelizmente no Brasil, estão muito soltos, realmente.

É preocupante a forma como se solta os medicamentos, como se mede os efeitos colaterais; tanto para a saúde da pessoa como social. E esses medicamentos levam ao delírio. As pessoas começam a delirar, ver passarinhos vermelhos, roxos, borboletas. É uma situação bastante preocupante.

Quero endossar o Vosso Requerimento, apoiando integralmente a preocupação de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

E Vossa Excelência tirou da minha boca isso, porque essa jovem que eu atendi na televisão hoje de manhã, ela está magérrima, Deputado Irineu Colombo, magérrima.

Mas ela ainda acha que está gorda. E eu fiz uma entrevista de costas com esta jovem, para não expô-la à sociedade. Ela quer parar de tomar os medicamentos mas não encontra apoio. Então eu queria que o Secretário da Saúde explicasse para

este Parlamento, porque se consente esse tipo de venda de medicamentos que é pior do que a cocaína, do que a maconha, o craque.

Porque o jovem que usa maconha ele ainda come, ele se liga na gíria policial de comer", come. Mas, na hora do "coito sexual", de praticar o "conúbio sexual", a sua relação sexual, ele fica estéreo, não consegue em hipótese alguma.

Tenho participado de alguns Congressos de toxicologia, e a maioria dos viciados na maconha não têm condições de manter relações sexuais.

E a maioria, Deputado Irineu Colombo, quando mantém e transmite o esperma para o útero de mulher, se vier uma criança ela nasce drogada, Deputado Irineu Colombo.

E esse medicamento, segundo orientação de um grande médico que nós temos aqui no Parlamento, Doutor Scheibe ele diz que se uma mulher tomar esse medicamento e tiver um filho, a criança, Deputado Irineu Colombo, Neivo Beraldin, ela nasce drogada, complementada ao útero da mãe porque lá vai ter resquícios do medicamento, das anfetaminas.

Então, eu gostaria, em nome da decência, da moral, da família, apoiem o meu requerimento que está sendo elaborado pela assessoria desta Casa, para que o Secretário nos ajude a salvar os filhos de Curitiba e do Paraná.

E para encerrar eu pediria, encarecidamente - passei hoje uma série de telegramas ao Deputado Max Rosenmann, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Haully, Martinez, à maioria dos Deputados de Brasília.

Pelo amor de Deus, vamos colocar uma tarja na televisão, imediatamente.

Acho que beber dentro dos padrões, dos limites, é uma coisa sóbria. Agora, beber fora dos limites, ela gera um assassinato.

À maioria dos crimes que aconteceram nesse final de semana, em todo o Estado do Paraná, foram gerados pela bebida alcoólica. E eu nunca vi em nenhuma televisão do Brasil. Tenho visto sim nos Estados Unidos, na Inglaterra, nos Países desenvolvidos, quando se coloca uma propaganda de qualquer tipo de bebida alcoólica, aparece uma tarja "o álcool é prejudicial à saúde". Vou mais além. Acho que deveria colocar no Brasil "A bebida alcoólica é ante-sala do cemitério, é a ante-sala de uma penitenciária, é a ante-sala de um hospital".

Pelo amor de Deus, entenda, Senhores Deputados, a maioria dos crimes ontem pasmem, os Senhores, um casal foi assassinado na Capital por causa de bebida alcoólica.

O cidadão chegou em casa alcoolizado, completamente bêbado, transtornado com tanta bebida alcoólica. Misturou cerveja com pinga, com rum, chegou transtornado colocou na cabeça que a sua

mulher estava o traindo e resolveu esfaqueá-la. E ela assim mesmo cortando a mão conseguiu esfaqueá-lo também, os dois estão internados em estado grave em um hospital da capital do Paraná.

Pais, todos aqui são pais, menos o Deputado Antonio Carlos Belinati, que deverá brevemente ser um pai.

A maioria dos senhores tem filhos. É importante o diálogo até com o próprio filho dentro de casa. quando o seu filho for sair de casa, quando for a uma boate, a uma casa de shows, fale com o seu filho, com o meu filho, não me esfaquee pelas costas, não deixe que o inimigo se encoste em você, que te deixe alcoolizado, que te ofereça drogas, principalmente o álcool.

Não pense que é só a cocaína, só a maconha, só as anfetaminas que matam os nossos filhos. A bebida alcoólica hoje é a ante-sala do satanás. É a ante-sala de uma penitenciária. Eu faço esse apelo que o Congresso ao invés desarmar as famílias decentes do meu país, se fale em desarmar as famílias decentes. Gostaria de ver, que uma família decente colocasse um emblema na frente da sua mansão. "esta casa nós não temos armas". Quer dizer, o bandido vai passar, vai entrar dentro daquela casa para assaltar um estabelecimento comercial, colocar na frente do seu estabelecimento "nós estamos seguindo a Lei do presidente Fernando Henrique, aqui nós não temos armas, trabalhamos com as mãos vazias, para que os bandidos adentrem o estabelecimento e pratiquem o assalto".

Ao invés de criarmos leis para armar, para dar duas conexões, o contrabando e a corrupção ao invés de criarmos leis de desarmarmos o povo, temos que criar leis de ensinar as nossas famílias, de abrir as portas para milhares de estudantes que saem das universidades e não tem onde trabalhar, milhares de psicólogas, milhares de taquígrafas, milhares de advogados, de médicos, de professoras de educação física, milhares de assistentes sociais.

Enfim, temos que criar projetos nesse país, não para desarmar a família decente e deixar o bandido armado com uma metralhadora AR-15 e a polícia usando revólver calibre 38.

Me ajudem Senhores Deputados, escreva aos seus Deputados em Brasília. Vamos colocar na televisão, a hora que aparecer uma bebida alcoólica, coloque uma tarja lá "beba com limites, porque a bebida alcoólica é a ante-sala do cemitério".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Tulio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não querendo transformar a sessão de hoje, numa sessão de terror. Em uma sessão que enfoca a situação crítica da insegurança, da intranquilidade, venho no rastro do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

No sentido de procurar amenizar pelo menos essa onda de violência que assola, especialmente as escolas brasileiras. Estou dando entrada nesta Casa de um Projeto de lei que determina que o sistema oficial de ensino do Paraná passe a contar com a disciplina de educação em valores humanos.

Por que esse projeto de lei?

(Lê):

"Tem sido cada vez mais comum a divulgação pela mídia de casos de violência nas escolas, boa parte deles envolvendo adolescentes. A primeira reação, de cunho puramente emocional foi a de trazer a polícia para dentro da escola com a sistemática realização de revista em alunos, na expectativa de impedir entrada de armas no recinto escolar.

Deixando de lado a questão da legalidade de tais abordagens, que é no mínimo altamente questionável por provocar um indevido e injustificado constrangimento a alunos que são na imensa maioria das vezes as verdadeiras vítimas da mesma violência que se pretende reprimir, reputa-se deveras evidente que não é dessa forma que o problema será solucionado.

Apesar de boa a intenção, a revista escolar não dará conta do problema da violência que vem alcançando nossas escolas e aumentando de forma assustadora.

O ato de revistar o aluno, pode apresentar resultados num curto espaço de tempo, mas infelizmente estará transferindo a violência da escola para o caminho entre ela e a casa do aluno ou então, substituir a arma por outros objetos escolares que podem se transformar em armas.

Outras medidas se fazem necessárias, antes que lápis, canetas, carteiras escolares e outros objetos também se transformem em armas para matar, quando deveriam ser apenas instrumentos de aprendizagem para a vida.

Somente ações de alcance social dentro e fora da escola, visando resgatar a cidadania de todos, poderão apresentar soluções para este grave problema de violência.

Ainda, a ação física é apenas uma das formas de violência observadas, mas ela pode estar também em atitudes, exemplos, pensamentos, preconceitos verbalizados ou não.

Estes atos, ferem e matam tanto quanto o tiro, a facada, o chute, o soco ou as drogas.

É a violência psicológica, que tornam nossos filhos psicologicamente incapazes de exercitarem a

plena cidadania e a solidariedade, fundamentais para a aprendizagem e para uma vida digna.

Com efeito, o combate à violência deve buscar primordialmente suas raízes, que obviamente se encontram além dos limites da escola, que acima de tudo, precisa assumir sua missão legal e constitucional de promover, junto aos educandos o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Nesse sentido a Constituição Federal estabelece claramente a necessidade da integração entre família, comunidade, sociedade e o Estado no processo da educação de crianças, adolescentes, bem como, proteção contra toda forma de violência, crueldade ou opressão, sendo que disposições semelhantes são encontradas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se não procurarmos despertar em nossas crianças e jovens, valores humanos, medidas como a revista escolar e outras de gênero, terão apenas impacto imediato e podem acabar também gerando problemas como por exemplo, preconceito da escola particular contra a escola pública”.

Por isso Senhores Parlamentares, preparei este projeto de lei que não é um projeto acabado e trago à discussão neste Plenário, para que, ao passar pelas Comissões, os Senhores Parlamentares dêem seus Pareceres, acrescentem as suas emendas, para que a gente possa aprimorá-lo melhor ainda.

Dalai Lama em visita à nossa Capital, já havia feito um alerta de que a paz não se faz apenas com a redução de armas. É necessário trabalhar o ódio, é necessário trabalhar a raiva, é necessário trabalhar a indiferença que se instala no coração das pessoas, quando os valores humanos não são adequadamente despertados.

Em suma, longe de assumir a cômoda, porém inadequada postura de pura e simplesmente reprimir a violência dentro dos seus muros, pouco se importando com o que ocorre no mundo lá fora, deve a escola ter a coragem de enfrentar o problema em toda a sua amplitude e preparar os seus alunos para o convívio em sociedade, respeitando e fazendo-os respeitar as leis e o próximo, o que se dará através da mudança de mentalidade e da forma de agir.

Ainda hoje pela manhã e daqui a pouco vou abordar o tema da nossa reunião importante da Comissão de Educação, recebíamos a visita de uma das diretoras da Escola Paulo Leminski, Elizabet dos Santos, seus vice-Diretor Jaro Marçal, vieram mostrar a dificuldade que enfrenta a Escola no centro de Curitiba, na faixa da nossa Vila Olímpica, na divisa de Curitiba com Pinhais. Uma área imensa da escola, uma área que poderia abrigar mais uma escola ali dentro mas que está lá sem uso e sem condições de se fazer uma obra mais ampla para

atender à demanda dos alunos que não são só de Curitiba, mas muito mais, ali do Município de Pinhais também. Esta professora trazia para reflexão, alguns assuntos, algumas matérias divulgadas pela mídia, mais em especial, a mídia paulista, que mostra o “mapa mundi” do crime, que iguala ricos e pobres. Dentre eles tem um artigo de Gilberto Dimenstein que fala que o professor não é santo, e vem este artigo, exatamente em cima deste meu projeto que procura resgatar os valores humanos, os valores morais dos alunos e da sociedade e o artigo fala que “o professor não é santo”. Faz uma abordagem da Cidade de São Paulo que registrou oficialmente no ano passado, o assassinato de vários bebês com menos de doze meses de idade. Ele segue com o artigo e vai até às escolas. As escolas onde os professores enfrentam a violência e hão de procurar inculcar no aluno a necessidade de acompanhar o currículo básico das matérias que são apresentadas, tem o professor também a incumbência de procurar alertar as crianças para o perigo das drogas, para o perigo do sexo, para o perigo da violência, de todas as formas.

E o artigo realmente é importantíssimo e merece ser também abordado pelos Senhores Parlamentares.

Uma outra matéria também coincidentemente, porque apresentei o projeto ontem já nesta Casa, coincidentemente isso aqui chegou hoje, fala que quando a Professora Marisa B. Russo, 49 anos, foi dirigir a Escola Municipal Matias Aires, de 1300 alunos do ensino fundamental, em São Paulo, não encontrou um centímetro quadrado de parede que não estivesse pixado. E o cenário era a parte visível de uma agressividade permanente. Marisa que apautou a sua carreira pelo desejo de oferecer aos alunos o mesmo que gostaria que os demais adultos garantissem a seus filhos, teve o que ela chama de um clic, pôs em prática um programa de educação baseada em valores religiosos, ecumênicos composto de doses diárias e rápidas de reflexão, e aí com a ajuda de vídeos, clips, música e leituras, ela e sua equipe conversavam diariamente com os alunos sobre valores. É em cima disso que o meu projeto trata, exatamente em cima desta questão. Se não resgataremos a questão dos humanos, dos valores sociais, não vamos encontrar solução para combater a violência que atinge todas as escolas, sejam elas particulares, sejam elas escolas públicas.

Por isso apresento projeto de lei para análise dos Senhores Parlamentares.

Gostaria Senhor Presidente de utilizar o Horário da Liderança do PT para que eu possa oferecer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti o seu aparte também a esse meu pronunciamento.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Deputado Algaci, fiquei feliz e repleto, estou com o coração alegre, quando Vossa Excelência diz que temos que resgatar os valores humanos, sociais, e quando da vinda do Dalai Lama do Tibé, me emocionei muito com este homem, porque como Vossa Excelência disse: é preciso acabar com o ódio, o rancor, a vingança, a injustiça, acabar com a inveja, o preconceito, a vingança que está dentro de nós, acabar com a miséria, o desemprego e com as injustiças sociais que campeia as Nações subdesenvolvidas. Antes de desarmar temos que reeducar este país.

Meus parabéns, o senhor me deixou hoje feliz, saio daqui alegre, é um tema, vou usar me permite o seu nome hoje à noite, é um tema para que eu possa levar ao Brasil essa lembrança do Dalai Lama.

Agora, veja bem Deputado, está sendo exibido em todo o mundo um filme chamado Matrix, esse filme inspirou dois jovens de Atlanta na Geórgia, a invadir uma escola, matar 2 estudantes e ferir 22 outros estudantes. Então Vossa Excelência vê que a televisão, os desenhos infantis que passam de manhã têm violência, à noite os filmes têm violência, os filmes que estão sendo exibidos no cinema têm violência, na Internet que induz a pessoa ao homossexualismo, ao lesbianismo. Não tenho preconceito, não sou racista, mas tem uma página na Internet que diz como você enrola maconha, como você compra maconha, como ela é feita maconha.

Então, são coisas que realmente, antes de desarmar temos que repensar a Internet, temos que repensar definitivamente aquilo que disse Dalai Lama do Tibé na sua vinda à Capital do Estado do Paraná.

Meus parabéns, estou hoje com o coração feliz, pelo seu pronunciamento. E conte com o meu apoio, se o senhor tiver um voto nesta Casa serão dois, com o de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Entendo perfeitamente a sua luta, e colocou aqui mais uma vez aqui nesta tribuna, o alerta que faz no dia-a-dia, o alerta que nós homens de comunicação fazemos, que sempre também compreendidos pelas posições que tomamos abertamente no microfone de uma rádio, de uma câmara de televisão, estamos expostos diariamente a uma consulta popular e que muitos aprovam, muitos desaprovam. Mas é o papel que exercemos como homens de imprensa e, evidentemente, o papel que exercemos como Parlamentares.

A UNESCO estuda saídas para a violência juvenil. É um outro assunto, é um outro artigo importante também, aqui, matéria do Jornal Folha de São Paulo, onde fala a família, a escola e a Igreja

são as três instituições que os jovens mais respeitam e por isso devem ser usadas como canais e instrumentos para desenvolvimento de programas de combate à violência juvenil. Mais do que isso, as políticas devem ser articuladas combinando programas educacionais, sociais e saúde.

Bom, quero também, Senhor Presidente, falar agora com respeito a mais uma reunião importante, como sempre de caráter educativo, de preocupação, de reflexão que teve hoje a Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa. Hoje o debate, dos mais importantes, o debate que trouxe a presença na Comissão vários prefeitos do nosso interior do Paraná, o prefeito Samis Saab, Prefeito de Iretama, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, a Senhora Maria Aparecida - Prefeita de Iporã, o Senhor Ari Queiroz - Prefeito de Rio Negro, o Senhor Hercílio João - Prefeito de Paula Frontin, Lauro Lourenço Rutes - Prefeito de Laranjeiras do Sul, Eliseu de Victor - Prefeito de São Manoel do Paraná; Prefeito Antonio de Sá - Prefeito de São Tomé, Prefeito Leonel Schimitz - Prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Jurandir Esfer - Assessor Jurídico do Conselho Estadual de Educação; Elizabete dos Santos - Diretora da Escola Paulo Leminski, a Professora Maria Tereza Rocha, Diretora do Colégio Estadual Etelvina Cordeiro Ribas, Professor Alon Ferrarine, o Deputado Irineu Colombo - Presidente da Comissão, da presença da nossa pessoa, da pessoa do Pastor Edson Praczyk, do Deputado Cleiton Kielsen, da Deputada Serafina Carrilho, pudemos ouvir atentamente a situação em que se encontra os Municípios do Paraná, no que diz respeito a questão do transporte escolar. Foi um debate que trouxe claramente a cada um de nós Parlamentares a preocupação, os problemas que os Prefeitos enfrentam na despesa, na dificuldade que eles têm para atender a demanda de alunos, que hoje são, aproximadamente, 800 mil alunos/dia. Oitocentos mil alunos-dia que são transportados pelos ônibus das Prefeituras, com despesas dos Senhores Prefeitos de gasolina, com manutenção desse transporte coletivo, com funcionários à disposição e os Prefeitos que já fizeram uma carta endereçada ao Presidente desta Casa Deputado Anibal Khury, contando do drama da situação que estão enfrentando. Os Senhores Prefeitos que fizeram a Carta Municipalista sobre o transporte escolar, também esse documento foi entregue hoje à Comissão de Educação. Prefeitos que trouxeram como colaboração para a Comissão e para uma reflexão desta Casa, em especial da Comissão de Educação, de algumas propostas que poderão ser implantadas dentro da questão do transporte escolar, como a questão da distribuição melhor ajustada com relação ao transporte escolar, com relação a adoção de um plano real que estabeleça condições para que os Prefeitos possam

atender os seus municípios, a questão também hoje que temos aí, um outro problema trazido pelos Prefeitos, hoje uma diminuição do repasse do fundo de participação dos municípios.

Segundo as informações hoje, 38% - a informação que nos trazia o Prefeito Sahad - em relação a diminuição do fundo de participação dos municípios. Quer dizer, é menos receita para o município e cada vez mais encargos para os municípios, daí porque a necessidade de se estudar, nesta Casa de Leis também, duas propostas que foram colocadas, uma trazida do que se implanta hoje no Estado de Santa Catarina, e outra também que se implanta no Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Algaci Tulio, primeiramente quero parabenizar mais uma vez o Deputado Irineu Colombo, Presidente da Comissão de Educação nesta Casa, que vem fazendo um brilhante trabalho frente a esta Comissão. E, nem um assunto é mais oportuno neste momento do que o transporte escolar. Vários dos Prefeitos que Vossa Excelência citava no seu pronunciamento são Prefeitos da minha região, da região Centro Oeste do Paraná. Nos últimos anos, nos últimos governos, temos acompanhado, tanto a nível estadual, como a nível federal, incentivaram os Prefeitos para que nuclearizassem as escolas nos pequenos municípios do Estado do Paraná. Os Prefeitos atendendo essa orientação dos governos estaduais nuclearizaram, logicamente com isso melhorando a qualidade de ensino, mostrando que o caminho é esse, caminho técnico para a melhoria da qualidade de ensino é esse, mas em contrapartida ficaram com uma bomba relógio em suas mãos.

Alguns municípios da minha região, principalmente municípios pequenos, chegam a gastar mais de 25% da sua receita com transporte escolar, logicamente que é necessário que o governo tenha sensibilidade para achar uma solução para esses municípios, porque estão inviabilizando esses municípios. 25% somente com o transporte escolar, mais as despesas dos professores, todas as despesas na área da saúde, os municípios estão realmente caminhando para a falência. Quero me somar à preocupação de todos os membros da Comissão de Educação desta Casa, quero me somar ao seu pronunciamento, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento como um todo, não somente nesse assunto, e também fazer uma sugestão, Deputado Algaci Tulio, e fazer um apelo ao Deputado Irineu Colombo para que na próxima reunião, no dia 23, aqui nesta Casa, com a presença da Secretária de Educação, Alcyone Saliba, que seja também feito o

convite a todos os Deputados, não somente aos Deputados que fazem parte da Comissão de Educação, que todos os Deputados tenham a oportunidade de participar dessa reunião, porque realmente é de interesse, acredito, de todos aqueles que representam pequenos municípios no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, Deputado Cezar Silvestri.

Na verdade, temos que rever a questão do salário educação, e é na questão do salário educação que há as propostas que foram apresentadas hoje à Comissão de Educação, muito bem dirigida pelo Deputado Irineu Colombo, a quem cedo um aparte neste momento.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Algaci Tulio, quero me somar a preocupação de Vossa Excelência no primeiro momento de sua fala, quando faz uma reflexão com relação a importância da escola, repensar, não só o ensino, mas como formação de seres humanos, quer dizer, é dentro da escola que tem um verdadeiro laboratório e que fazemos com que essas crianças, esses jovens reflitam sobre a natureza humana, que é uma natureza religiosa, natureza política, natureza social, os valores.

O que estamos percebendo é que nas escolas - comentei isso com Vossa Excelência, se você entrar numa escola hoje, você vê cimento, o que você vê de cimento e muro de uma escola é brincadeira - se fizer um estudo para saber quantas árvores e gramados nas escolas do Brasil, iremos perceber que elas são pouco atraentes e agradáveis. O conteúdo escolar é mais para ensinar o racional. Temos que trabalhar as questões da estética, dos valores humanos, fazendo voltar o ensino de filosofia - nessa briga que estamos tendo. Trabalhar também a questão do homem, a natureza humana, os valores éticos e estéticos. Todo mundo gosta de ver e apreciar o que é bonito.

Essa questão dos valores é recomendada pela UNESCO, quando fez um trabalho sobre a violência. Diz que a escola tem que estudar a cidadania, os valores humanos, a filosofia, como forma de combate sistemático à violência. Você colocar a polícia, o professor, um diretor durão, cheio de regras e muro - isto é muito paliativo, resolve momentaneamente. Os seres humanos que estão ali têm que ser estimulados, para eles mesmos promoverem essa defesa da sociedade, que é engendrada dentro da escola.

Parabéns pela iniciativa. Tenha o nosso apoio.

Com relação à Comissão de Educação, gostaria de falar aos demais Deputados, que no dia 23 teremos a presença da Secretária de Educação, atendendo uma sugestão do Deputado Cezar Sil-

vestri, que compareceu em nossa reunião, hoje pela manhã, na Sala das Comissões. Nós, provavelmente, faremos a reunião no Plenarinho e estenderemos o convite aos demais Deputados, para que participem do debate. Estará presente vários Prefeitos Municipais, no sentido de que o governo efetivamente dê uma resposta à questão do transporte escolar. É altamente preocupante. Os Prefeitos do Oeste do Paraná propuseram, numa reunião da AMOP, que eles tragam a chave dos ônibus e entreguem, aqui, em frente ao Palácio Iguaçu. O Governo não está dando uma resposta. Nós, Deputados da oposição, queremos que não seja uma resposta da Secretaria da Educação, e sim, do Governador, do Governo Jaime Lerner, aos Prefeitos. Soubemos que vários convênios foram assinados e não estamos sendo respeitados. Essa questão do transporte escolar foi pedido um estudo e não há uma resposta. Os Prefeitos estão respondendo responsabilidades orçamentárias para transportar estas crianças, que não lhes cabem.

Nesse dia 23 devemos receber vários Prefeitos. Há a informação de que há 40 Prefeitos querendo participar, hoje cedo, da Comissão de Educação. Obviamente foram informados que nessa reunião tem caráter um pouco mais simples e singelo, não tem grandes deliberações, em função de receber as informações e encaminhar as soluções.

A Comissão de Educação está estudando - quer repartir com os demais membros dessa Casa - primeiro uma minuta de um projeto de lei, em que 1/3 do salário de educação seja revertido aos municípios do Paraná. Todos os recursos do salário-educação, o Governo Federal fica com 1/3 e repassa ao Estado do Paraná 2/3, como repassa aos demais Estados. No ano passado deu 64 milhões - se não me falha a memória - os recursos do salário-educação para o orçamento de educação no Estado do Paraná. A proposta será feita pela Comissão de Educação à legislação. E que seja diretamente repassada aos municípios pelo Governo Federal, obedecendo os critérios estabelecidos em lei.

A segunda proposta é uma minuta de um projeto de lei, já está em vigor em Santa Catarina, que regulamenta a questão do transporte escolar. Em síntese seria mais ou menos assim: o Estado repassaria o recurso ao município, que faria a operacionalização do transporte escolar, dentro da respectiva competência - alunos de ensino médio ao Estado; alunos de ensino fundamental aos municípios.

A Comissão de Educação, efetivamente, com a participação brilhante dos Deputados Algaci Tulio, do Pastor Edson, do Kiesel e outros que têm participado em nossa reunião, não têm se furtado no sentido de propor ações, de propor efetivamente projetos de leis, e nesse dia 23 nós queremos que a

Casa seja valorizada, nós queremos a presença dos Deputados lá, para cobrar uma posição da Secretaria de Educação - não dela, mas do Governador do Estado, com relação ao respeito que tem que ter aos Prefeitos do Estado do Paraná, aos municípios do Estado do Paraná.

Obrigado, Deputado!

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, Senhor Deputado!

Dentro dessa proposta do projeto que nós apresentamos do projeto, vejam que o Tribunal de Contas também está se preocupando em levar aos jovens escolares a discutir a questão de imposto. O que é que é o imposto, para que paga o imposto? Em que reverte o imposto?

Então, vejam que esse Projeto Piloto está sendo desenvolvido nas escolas das 21 cidades vizinhas a Curitiba e vai chegar a 50 mil alunos. Quer dizer, cada vez mais procura-se levar para a Escola, além do currículo básico normal, leva-se também as questões da ecologia, meio ambiente, de trânsito, da cidadania.

Acho que isso é muito importante e nós precisamos avançar cada vez mais. Mas, acima de tudo, cobrar ações mais efetivas em relação da questão, que é sem dúvida alguma uma prioridade.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção do Deputado Ângelo Vanhoni, que é também do interesse dele.

Haveria uma reivindicação, Deputado Ângelo Vanhoni, de vários deputados para que tivéssemos um esclarecimento do Diretor Presidente do BANESTADO, sobre a privatização do BANESTADO. E nós marcamos esse encontro dos Parlamentares com o Presidente, para segunda-feira às 17hs na sede do BANESTADO aqui em Curitiba.

Gostaria que o deputado Ângelo Vanhoni nos ajudasse a avisar os Senhores Deputados que não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o Pequeno expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Tenho particular interesse, acho que a Assembleia tem particular interesse em discutir essa questão do Banco do Estado, mesmo porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje acaba de ser publicada uma matéria nos jornais, a respeito do processo instaurado pelo Ministério Público do

Estado do Paraná, com relação às verbas e os gastos com publicidade pelo Banco do Estado. O Procurador identificou a ilegalidade desses gastos que somente o Banco do Estado nos 4 anos de Governo ultrapassou mais de 100 milhões de reais em gastos com publicidade, de uma maneira ilegal, que na realidade vai provocar uma ação civil pública para responsabilizar o Governo do Estado e a indisponibilidade dos bens desenvolvidos pela liberação dos créditos que foram feitos pelo Banco do Estado a título de publicidade nos legítimos 4 anos de Governo.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje pela manhã, às 10hs, os Deputados do PT, da Bancada do PMDB, José Maria Ferreira e Edgar Bueno que subscrevem um Pedido de Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando anulação da decisão do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, quando desconstituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito, que pretendia investigar uma operação irregular entre a COPEL, a SERCOMTEL e o Banco FonteCindam.

O Mandado de Segurança deve ter a sua decisão de pedido de liminar proferida hoje ou amanhã pelo Desembargador Relator. E, fomos recebidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Sidney Zappa, expusemos a ele as razões do ponto de vista da legalidade, da Constituição que amparou o pedido da Bancada do PT, do PMDB, dos Deputados do PSDB e do PDT que solicitam ao Tribunal de Justiça que reparem o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a legalidade e a formalidade do Ato da Constituição dessa CPI, até então valendo, antes que o Presidente declarasse nulo. Como todos nós sabemos, não houve nenhum recurso por parte de nenhum Deputado a esta mesa Executiva e nem ao plenário, solicitando a desconstituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. O único recurso apresentado pelo Deputado Valdir Rossoni e escrito pelo jurista Reginaldo Fanchim, era de que os deputados que subscreviam o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito retirassem as assinaturas do pedido. Essa formalidade no entanto, por toda a jurisprudência da Câmara de deputados no Congresso Nacional e dezena de exemplos nos Legislativos Estaduais do Brasil inteiro, não têm substância, não tem comprovação e amparo de legalidade.

Por isso, temos a esperança que o Tribunal de Justiça repare esta ação por parte da Assembléia, Deputado Anibal Khury, que no nosso entendimento, de uma forma ilegal e sem amparo no Regimento Interno, desconstituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito. Se os Deputados da situação, Durval Amaral, Edno Guimarães, os Deputados Ribas Carli, enfim todos os deputados que

subscreveram o pedido de CPI, não desejam levar à frente a Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputado Tony Garcia, acho que a CPI, não tem mais objeto, podem inviabilizar a constituição da CPI, não comparecendo, não elegendo o Presidente, enfim, fazendo qualquer do ponto de vista da sua atividade política, não apurar as responsabilidades daquela operação, que de certa maneira envolve perto de trinta milhões de reais, que não sabemos a justificativa da COPEL e nem o paradeiro desses recursos se efetivamente foram para a prefeitura de Londrina ou se tiveram qualquer outro destino. Tudo isso será objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, esperamos que reconstituída por uma decisão da justiça. Infelizmente, nos restou apenas essa alternativa.

Mas o assunto que me traz à tribuna é um assunto bastante polêmico, também porque assisti pela Rede Globo, na segunda-feira, no Jornal Nacional e vi nos jornais de ontem na CBN, essa rádio que noticia o Brasil inteiro, as declarações que são dos líderes do MST, integrantes, foram objetos de grampo, decidido pela Juíza Elizabeth Cater, de Loanda, e executado pela Secretaria de Segurança Pública, o grampo que relata os diálogos da Liderança do MST.

Acho que se a gente tinha alguma dúvida de que o Governo do Estado do Paraná, trilha um caminho de desrespeito aos cidadãos do ponto de vista de violação de direitos. Acho que o grampo demonstra cabalmente o caminho que o Governo Lerner pretende tomar daqui para frente. É de total abandono os direitos constitucionais dos indivíduos. Eu, sendo uma pessoa que sempre estava escutando porque não estava envolvido. Vi quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso se indispôs e se indignou a um grampo de dois grupos empresariais fizeram junto as gravações do BNDES, por ocasião da privatização da TELEBRÁS. Inclusive, agentes do próprio serviço de informações do aparelho do Estado brasileiro envolvido no grampo. Vi a indignação por parte de juristas, vi a indignação por parte da consciência cívica deste país contra o grampo. Todos achando que as revelações do grampo deveriam ser investigadas. Mas vi uma indignação por parte de todos contra o grampo. Ora! O grampo é um expediente que soterra arrebenta com o direito da liberdade individual e da preservação da intimidade das pessoas. No entanto, no caso do Paraná, tem um agravante. O grampo tem uma fundamentação jurídica, o grampo tem uma sustentação jurídica, de uma solicitação por parte da secretaria de Segurança Pública em cima de um pretexto, não conheço as justificativas, mas ouvi as declarações do Secretário Cândido Martins de Oliveira. Um homem que reputo como homem de bem, eticamente bem formado como chefe da

Casa Civil o Sr. Pretextato Penafort Taborda de que, a pretexto de uma declaração de um líder do MST o Sr. Valdir Standili de que os trabalhadores sem-terra estariam se armando para enfrentar com armas a resistência junto aos pedidos de reintegração de posse. Cá entre nós! Essa ação do Governo Lerner não vai ficar impune na história da consciência cívica do Estado do Paraná. Não vai ficar impune! Todos nós sabemos e o povo do Paraná sabe o que o Sr. Cândido Martins de Oliveira vem fazendo ao tomar para si e levar o Governo de rondão em cima da questão dos trabalhadores sem-terra do Estado do Paraná. Acusar o MST. Justificar a perspectiva do MST estar fazendo contrabando de armas para se armar para resistir à bala. E com isso fazer um crime político, porque a escuta se trata de um crime político contra o movimento que nesse momento se opõe ao Governo do Estado. É de uma aberração a justificativa. Ainda mais partindo de quem. De alguém que não tem nenhuma condição ética e moral para estar à frente da Secretaria de Segurança Pública. Por que digo isso? Porque o Secretário de Segurança Pública que, em nome do Estado do Paraná, deveria, no mínimo, garantir a vida das pessoas do nosso Estado. E, no mínimo, apurar qualquer responsabilidade sobre qualquer delito existente no nosso Estado. Não é o que acontece com o Sr. Cândido Martins de Oliveira. O Sr. Cândido Martins de Oliveira tem parte integrante nesse processo junto aos grandes fazendeiros do Estado do Paraná. Ele toma partido declaradamente através da imprensa. Ele toma partido. Ele julga. Ele prescreve a pena aos trabalhadores sem-terra. Ele classifica os trabalhadores sem-terra como Vândalos, criminosos, sem sequer o inquérito estar devidamente instalado. Vejam dois exemplos: a Fazenda de Sete Mil ocupada em 1997. O Secretário veio a público agora às 11:00 da manhã, através da Rádio CBN, dizendo que a Secretaria de Segurança Pública tinha apreendido dois caminhões de gado que estavam sendo roubados desta fazenda. Até falei isso na segunda-feira. Mas não sabia de uma outra informação. O Secretário falou do roubo. Disse que os ladrões se identificaram como membros do MST. E, posteriormente, na Delegacia, na resposta ao escrivão, disseram que tinham sido contratados pelo MST. O Secretário, imediatamente, na imprensa, na fita que está gravada em nosso poder, para a Giovana Martins, já incrimina, já aceita a versão dos ladrões, dos pseudos-ladrões e incrimina o MST. O Secretário tem que tomar cuidado para não ferir direitos. Saber se aquela denúncia é uma denúncia verdadeira. Ele, na condução do processo de inquérito criminal da apuração da justiça, ele não pode tomar partido. Isso influencia todo o processo, do ponto de vista da garantia dos direitos de cada um.

Fomos descobrir depois, na terça-feira, matéria publicada na "Folha de Londrina". Vejam só. Quem estava envolvido no roubo de gado, subdelegado da Comarca de Arapuã e mais ainda, o escrivão. Na realidade, contam o que aconteceu e quem estava contratando os homens. A polícia do Paraná envolvida em roubo de gado para incriminar o MST e o Secretário de Segurança Pública, o mesmo homem que pôs o Governador Jaime Lerner numa atitude e num problema quase sem fim para o Governador, em 95 mandou atirar apenas nas pernas das pessoas, para não matá-las e temos a fita gravada do depoimento do Senhor Cândido Martins de Oliveira. Não contente com isso, o Senhor Cândido Martins de Oliveira é responsável, senão por um episódio dramático, mas pelo menos, por uma grande comédia que todos sabemos. Naqueles dias de 95, o Secretário pulou do seu carro, junto com o motorista e metralhou o seu próprio carro e justificou como se fosse um atentado que ele estivesse sofrendo aqui no Jardim Social.

Preocupo-me, porque vejo o caminho que o governo está tomando. Não sei se esta é a vontade do governador Jaime Lerner. O governador tem se portado, tem uma tradição e história de respeito aos direitos humanos, mas no entanto, a condução do seu governo neste conflito social, acaba desrespeitando os direitos mais elementares dos cidadãos do nosso Estado.

Agora, não que pese o impacto político do grampo, se o MST vai se sentir atingido, se isso vai denegrir a imagem do MST na sociedade, não me interessa discutir. Isso, para o Cândido Martins de Oliveira e para aqueles que mandaram fazer, tem um objetivo. O que me preocupa é como as autoridades do Estado do Paraná, as pessoas decentes que conhecem o comportamento da Juíza Elizabet conhecem o comportamento, conhecem a parcialidade com que ela julga os processos do conflito agrário na região do noroeste do nosso Estado, como as pessoas de bem, as pessoas que têm um compromisso ético com a transparência, com a superação de conflitos, com o estabelecimento de uma democracia no nosso estado, com o aperfeiçoamento das relações entre os homens no nosso estado, como é que as pessoas podem concordar com o procedimento da Juíza Elizabet? Como o governo do Estado do Paraná se enlameia num processo como este? A Juíza Elizabet, não foi o PT e não foi o MST que denunciou.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Será dado.

É a Folha de São Paulo, um jornal com credibilidade a nível internacional. A Folha de São Paulo, coloca a Juiza Elizabet comemorando com os policiais militares, numa churrascada, o despejo feito em algumas fazendas no interior do Estado do Paraná. Ora, o comprometimento dessa Juiza está claro. Não há uma única prisão que esta Juiza tenha decretado, nesses últimos 4 ou 5 anos, que não tenham sido ilegais. Todas elas foram prisões decretadas em cima do joelho. Diga-se de passagem, os três criminosos, suspeitos pelo assassinato do Agnone, recentemente presos temporariamente, foram agora libertados, porque a Juiza não pediu a prisão preventiva deles, pelo contrário! Então, toda a ação montada pelo governo do Estado, grampos, roubo de gado, o processo da Juiza Elizabet, o palco e a imprensa que o nosso Cândido Martins de Oliveira assume nesse momento, quero alertar a Bancada que dá sustentação ao governo, podem levar o governo do Estado e mais do que isso, podem levar o Estado do Paraná e sobretudo aqueles que estão envolvidos num conflito grave, que é o conflito do campo, que é uma questão social, que é uma questão econômica e que deve ser superado pelo processo de mediação, pelo processo de negociação pode levar o Estado do Paraná a viver dias que nenhum de nós deseja. O caminho que está sendo trilhado é um caminho sem volta, é um caminho que na realidade está levando única e exclusivamente ao terror no campo, e levando de rondão o governo do nosso Estado a desrespeitar os direitos mais elementares dos cidadãos.

Num dia desses que pretendia fazer uma discussão sobre um cartaz, sobre o tema deste cartaz, na realidade tentei discutir aqui na Assembléia o tema deste cartaz que foi objeto de proibição do Governo do Estado do Paraná, não foi possível discutir porque a bancada cancelou a reunião.

Mas o cartaz dizia uma coisa: "No Governo Lerner os direitos não são humanos", é esse o texto do cartaz, e depois aparece o governador fardado, com uma farda militar, por que militar? Porque o Brasil tem uma história recente, onde um golpe militar em 64 retirou os direitos, não os meus direitos, retirou os direitos da sociedade brasileira inteira, não poderia sequer pensar contra o governo, sequer falar, se reunir e fazer partidos e fazer vida democrática no nosso país.

Então o regime autoritário imposto pelos militares é o emblema de violação de direitos civis e de direitos humanos no nosso país. O Lerner foi utilizado com uma charge fazendo uma blague com esta vestimenta. É isso que dizia o cartaz.

Mas digo isso porque está circulando, e comprei na Banca de Revista hoje, minha surpresa, uma Revista chamada "Caros Amigos", que tem o ator Pedro Cardoso na capa e essa revista traz como

manchete uma matéria chamada "Horror no Paraná", circula a nível nacional a Revista "Caros Amigos". Esta revista na capa diz o seguinte:

"Estranha escalada da violência policial contra os sem-terra tortura e terrorismo oficial, um documento revoltante".

Veja só o que diz a Revista:

São dez páginas, com fotografias e depoimentos oficiais e depoimentos dos sem-terra.

Título da matéria: "Terror no Paraná". Esse é o editorial da revista, não é nem o jornalista que fala.

"Está acontecendo uma operação de guerra no Paraná movida pelo aparelho do estado contra os sem-terra, localidades cercadas pela polícia militar, helicópteros, carros, cães treinados, homens encapuzados, armados de escopetas, fuzis, bombas de gás, 41 sem-terra presos no momento em que fechávamos a edição 26 de maio, no Governo atual Jaime Lerner já foram presos mais de 200 deles, 6 foram torturados, 15 foram mortos, houve 30 atentados e 41 ameaças de morte. A violência policial atinge até crianças e se traduz em outros gestos tão mesquinhos como covardes. Tomam das pessoas bonés e camisetas com inscrições "Pró-Reforma Agrária", queimam pertences, alimentos e barracas e destroem as lavouras das famílias desarmadas".

Para contar os detalhes desta investida aterrizante o jornalista José Adex e Marcos Frunet foram ao cenário das ações.

Diz o seguinte, Dr. Plauto Miró, o seu Secretário de Segurança Pública, o seu Secretário porque meu não, Secretário que eu respeito é aquele que respeita os direitos civis e direitos humanos, não tenho como Secretário de Secretário de Segurança, porque a mim ele me atemoriza, ele me dá medo. A sociedade que ele quer construir não é a mesma que eu quero. Por isso tenho todos os motivos para ter temor, não quero uma sociedade onde que os conflitos sociais sejam dirimidos na bala, na baioneta e na foice. Nosso país já passou por situações parecidas e é triste ver o Governo Jaime Lerner trilhando por este caminho, único Estado da Nação a fazer esse tipo de procedimento. Nem no Estado de São Paulo onde que os conflitos sociais da terra foram os mais intensos, mais graves do Brasil, assistimos tamanha barbaridade, tamanha violência.

Olha a versão oficial, entrevista do Sr. Cândido Martins de Oliveira. O Governo do Paraná nega a prática de violência.

Entrevista concedida em 18 de maio.

Caros amigos: o Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, afirmou categoricamente várias vezes que nenhuma ação de despejo foi promovida de madrugada, ato que de

resto é um ato ilegal, todos sabemos disso, e o Secretário de Segurança Pública ou é um homem que não sabe quando que é o dia e quando que é a noite, ou está mentindo pela televisão. Por isso, só por esse desrespeito já deveria chamar a atenção da Assembléia Legislativa de chamar o Secretário de Segurança Pública aqui na Assembléia para trazer a seguinte informação: "Secretário o senhor está respeitando o que a lei manda? As desocupações que estão sendo objeto de decisão judicial o senhor está cumprindo à noite ou de dia?" O Secretário tem dito que é de dia.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

As invasões são feitas à noite certo Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor está na realidade confirmando isso então?

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Não.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Está confirmando sim.

Veja bem o que o Secretário diz Plauto: "Não, disse que por uma questão de método durante a madrugada a Polícia apenas bloqueia o acesso às áreas de letígio, até para garantir a segurança dos próprios sem-terras." Mas esse Secretário é um homem benevolente, é um homem que tem um sentimento de justiça a toda prova, ele cerca a região toda, faz os bloqueios nas estradas, veja só. Não permite ninguém entrar no período da noite para garantir a segurança dos sem-terra. Afirmou também que nesse tipo de ação são mobilizados tropas de elite treinadas para suportar sem revidar todo tipo de provocações, ou perda de controle emocional por parte dos despejados. E mais: "Os soldados estavam armados com balas de festim, apenas os oficiais portavam armas muniadas com balas de verdade, as tropas são orientadas de assegurar o respeito aos direitos da pessoa humana, sendo expressamente ações violentas." Acho que a Assembléia vai ter que chamar o secretário e os responsáveis. o Major Neves, os responsáveis, porque tem uma determinação do Secretário que não é para fazer ação violenta e muito menos desrespeitar os direitos da pessoa humana, essas são decisões do Secretário de Segurança Pública. Segundo ele as denúncias do MST têm motivação política, a liderança do movimento quer criar um fato que atraia a simpatia para o movimento, que estaria perdendo o apoio da opinião pública naquele Estado. Novamente a questão da opinião pública naquele Estado.

Ora Senhores Deputados, ora Secretário de Segurança Pública, o vídeo feito pela Polícia Militar que chegou às mãos da redação da revista Caros Amigos lá em São Paulo é um vídeo que demonstra exatamente o contrário daquilo que o Secretário de Segurança fala. As desocupações estão sendo feitas à noite, os homens da Polícia Militar estão jogando bomba de gás lacrimogêneo, os homens da Polícia Militar estão entrando encapuzados para fazer os despejos e as desocupações no interior do nosso Estado. Se isso não é um atentado contra os direitos humanos, se não vamos dar crédito às pessoas que estão fazendo as denúncias de que estão sendo torturadas, de que estão sendo ameaçadas, de que vários tipos de violência estão sendo cometidas contra os trabalhadores excluídos, que não tem nada como se defender, é uma fazenda de sessenta pessoas, sessenta famílias, e o Estado entra com essa violência para proceder o despejo. Ora, se o Governador quer promover o despejo sem violência que faça como manda a lei, então que faça de dia, que permita o acesso da imprensa, que permita o acesso do Ministério Público, que o acesso da sociedade para fiscalizar as atuações do Estado. Não, não, não, o cartaz tem que circular; não o cartaz tem que denunciar; não, o Governo do Estado do Paraná está trilhando um caminho de absoluto desrespeito contra os direitos humanos e os direitos civis.

O alerta que faço é que esse governo não ficará impune a esse gesto, não à oposição. Não ficará impune aos Deputados Vanhoni, Caíto Quintana ou qualquer partido de oposição. O Governo do Jaime Lerner não ficará impune a consciência democrática do povo do Paraná.

Vou conceder o primeiro aparte ao Deputado Marcos Isfer, que ansioso está por defender o indefensável.

O Sr. Marcos Isfer

Acho que Vossa Excelência se equivoca, quando fala que tenho ansiedade por defender o indefensável. Na verdade Vossa Excelência trilha o caminho da democracia e eu, ao seu lado há alguns anos, sempre fui um defensor dos direitos humanos e do diálogo para a resolução dos conflitos sociais. Pouco tenho me manifestado dos problemas agrários porque passa o Paraná, até mesmo porque nossa base, como Vossa Excelência sabe que também tem, são muito mais urbanas do que rurais.

Vossa Excelência comete algum equívoco e, principalmente, se utiliza de dois pesos e duas medidas. Quando Vossa Excelência fala de um documento apócrifo, que queria anexar aqui dentro dessa Assembléia, quando Vossa Excelência, como tantos outros brasileiros vibraram, quando documentos apócrifos ou mesmo grampos clandestinos

foram utilizados e que desvendaram tantos malefícios que aconteciam nesse País.

Ao mesmo tempo Vossa Excelência se equivoca, quando acusa o Governo do Estado de fazer um grampo ilegal. A escuta telefônica é um meio aplicado desde que seja autorizado judicialmente. Parece-me que este é o caso do governo do Estado do Paraná, onde há uma autorização judicial e, portanto, há - isso sim - uma investigação com base em pronunciamento do Senhor Stédile (sic), que não só declarou nesse Estado, mas para uma revista de circulação nacional - a "Veja" - em que o Movimento Sem-Terra estaria se armando para se defender em todas as suas barreiras.

Veja como Vossa Excelência tem sido injusto, porque no momento estamos falando de uma investigação, através de meios judiciais devidamente contrariados. Vossa Excelência me surpreende porque vai além de Antônio Carlos Magalhães, um Senador que propõe a CPI do Judiciário e diz que essa CPI não tem o poder de analisar as decisões dos juízes, enquanto baseados na lei, mas tem o poder de verificar os atos administrativos e os desmandos cometidos.

Vossa Excelência, outro dia, dizia nessa tribuna que não respeitava a decisão de um juiz, da Polícia Federal, com relação ao documento. Vossa Excelência novamente agora diz que não respeita as decisões dessa juíza - não a conheço, mas é uma juíza de direito. Portanto, temos vários meios de contestar, dentro da Justiça. Aliás, Justiça que faz o tripé, junto com esse Legislativo e o Executivo, para que possamos ter a democracia que almejamos, com respeito aos nossos direitos humanos e com uma boa solução pacífica para os conflitos que nos atingem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Marcos Isfer, sou um Deputado daqui de Curitiba - a população de Curitiba me conhece - aqui milito, aqui me criei, aqui vivo e aqui faço da minha vida a prática da política e tento melhorar a vida de todos nós.

O problema da discussão do conflito agrário do MST e do papel do Estado nesse conflito agrário não é por causa de uma relação que tenha ou não com os eleitores. Isso é um dever de consciência, do ponto de vista que identifico que esteja sendo feito de maneira completamente errada.

Acho que o Governo do Estado do Paraná tem alertado às vezes. O Governo, no lugar de trilhar o caminho para a negociação do conflito agrário no campo, do ponto de vista da superação, da mediação, com a condição do Cândido Martins de Oliveira, acobertando criminosos, aqueles que foram os fazendeiros que estão mandando para matar pessoas. Quinze pessoas já foram mortas nos

últimos quatro anos. E por coincidência, todos líderes dos trabalhadores sem terra, que é o movimento social que reivindica uma única coisa, há mais de cem anos, no nosso País: um pedaço de terra para poder plantar e sobreviver.

O Secretário de Segurança, não há nenhum procedimento por parte do Estado de tentar incriminar aqueles que estão ameaçando de morte, aqueles que estão invadindo casas, aqueles que estão torturando, aqueles que estão matando com aparelhos do Estado, e a condução do Secretário é conivente com este processo, Vossa Excelência sabe disso no íntimo de sua consciência! Então, vejam só: não disse aqui que desrespeito a decisão judicial...

O Sr. Valdir Rossoni

O senhor disse isso aqui outro dia, e temos as notas taquigráficas!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado, fique tranqüilo! Não me envergonho de nada do que disse, nunca me envergonhei e não será agora que irei me envergonhar! Não pus a minha assinatura numa CPI e depois retirei, não sei por quais motivos. Não fiz isso! Disse que não desrespeito a decisão da juíza Elizabeth Cater, e na realidade faço da tribuna e o uso do meu mandato me autoriza a fazer, a denúncia de que essa juíza está profundamente comprometida por um sem número de fatos, com uma parte dos envolvidos num conflito social que tem, na realidade, levado inúmeras famílias ao desespero e ao enfrentamento policial, que não interessa ao povo do Paraná.

Faça aqui esta denúncia, faço no Tribunal de Justiça e faço em qualquer lugar, porque a decisão judicial pode até ser obedecida, mas ela é passível de crítica por parte de qualquer cidadão.

Quanto a questão da vinculação do cartaz, não vejo nenhum óbice do ponto de vista de ofensa ao Jaime Lerner, é uma crítica política que se faz ao Governo do Estado do Paraná, por não estar respeitando os direitos dos cidadãos do nosso Estado. Pelo contrário, a denúncia que tenho feito na tribuna e não em tom de denúncia, mas mais em tom de chamamento da Assembléia Legislativa, tem sido e esta é a marca dos meus pronunciamentos nos últimos dez dias. Tenho chamado a atenção da Assembléia, desde o momento que o Deputado Plauto Miró e outros Deputados quiseram constituir uma Comissão Especial, não para tentar intermediar um conflito social, mas mais para servir para alibi para fazer processo de incriminação a tentativas de esbulho, a tentativas de depredação de patrimônio em áreas de ocupação.

Então, tenho trilhado outro caminho...

(vozes paralelas)

Não vamos participar de Comissão para incriminar pessoas, se o senhor apresentar proposta de fazer uma Comissão de que a Assembleia, na superação do conflito, sou o primeiro a dizer ao meu Partido, PT, que entre e faça todo o esforço, chame a sociedade organizada, chame os trabalhadores sem terra, chame a Comissão Pastoral da Terra, os latifundiários, chame o Governo do Estado, chame o Ministério Público, chame todos e vamos partir para uma solução negociada. E, não abrir mão desta perspectiva de encontrar uma solução pacífica.

O que tenho chamado a atenção e volto a reafirmar, o gesto do Governo do Estado, ao fazer a questão do grampo, não é a questão do grampo, Deputado Marcos Isfer, do ponto de vista que se o grampo deve ser legal ou não legal. A ditadura militar fez grampo legal, o que estou chamando a atenção é que o grampo que o Governo do Estado está pedindo para fazer no MST, na minha opinião, se reveste de um grampo com motivações políticas por parte do Governo, para incriminar o movimento, que é o movimento social. Aí é uma outra questão. O que motivou o grampo da TELEBRÁS, que mostra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa atitude de improbidade, de se imiscuir com a questão privada, a postura do Presidente da Nação, na minha opinião mostra isso, e de outros juristas também.

Veja bem, teve uma outra motivação, teve disputa dos interesses econômicos entre grupos que estavam participando do leilão. Aqui estou eu fazendo a observação do seguinte: o Governo do Estado trilha um caminho mais difícil que é profunda esta postura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. EDGAR BUENO

Concedo o espaço do PDT para que vossa Excelência possa concluir a sua argumentação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O que temos a dizer, o que temos a refletir nesse processo é o terror instalado no Estado do Paraná. Não estou aqui defendendo as ocupações de áreas produtivas no estado do Paraná. Estou chamando a atenção para os caminhos que o Governo Jaime Lerner vem tomando.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência não concorda com invasões de áreas produtivas?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Nunca concordei. Já disse isso inúmeras vezes. Estou questionando a ação da Polícia, do ponto de vista da sua ilegalidade, da sua transparência.

A Polícia não pode causar violência contra a pessoa humana. Não está autorizada a matar ninguém. e nem atirar nas pernas das pessoas. Não é essa a decisão judicial.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

É uma pena que o PT não mandou o seu representante para ver a realidade naquela região.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se o Senhor defende isso, como está demonstrando que defende. A polícia não está autorizada a fazer desocupações no horário noturno. A impedir a presença da sociedade para fiscalizar as ações de despejo. O Governo democrático que respeita os direitos humanos, os direitos civis não age dessa maneira. A polícia não está autorizada. Não há decisão de nenhum juiz autorizando a atirar nas pessoas nas ocupações

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Não se atirou em ninguém. É uma pena que um representante do PT não foi lá para ver tudo isso.

O seu partido se omitiu, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Concedo um aparte ao Líder do Governo.

Analisando toda essa situação vejo que teremos que ter duas Constituições Brasileiras. Uma para o PT e outra para o restante do povo brasileiro. Pelo que estou notando no seu pronunciamento.

Os grampos feitos no Paraná foram autorizados pela Justiça. Se Vossa Excelência, tem algo contra isso fale com a Juíza que autorizou.

O senhor pode esbravejar aqui contra o judiciário.

Gostaria que Vossa Excelência fosse a Brasília, não tenho nenhuma procuração para fazer a defesa do Presidente da República, mas tenho por ele respeito, por ser um homem sério e íntegro.

Ora, Deputado Ângelo Vanhoni, que PT é esse que vem aqui esbravejar contra uma medida da justiça, dos grampos?

Quando vemos lá em Brasília, em grampos clandestinos, pedindo o "impeachment" do presidente da República. Essa é a posição do PT?

Vejo essa questão, sinceramente Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência pega uma revista, se essa revista não tivesse vindo por suas mãos eu teria conhecimento, dizer que aqui no Paraná está implantado o terror?

Aqui sim está implantado o terror, porque aqui não estão mais querendo obedecer a lei.

Vossa Excelência cita tiros nas pernas, não é verdade? E se nós citássemos aqui aquela família que mora dentro daquela propriedade, dentro daquela residência há vinte anos, lá onde nasceu o avô, o bisavô, o pai, o filho, de lá saiu toda sua família, criou a sua família pela Fazenda, e numa determinada noite chega pessoas de um movimento que se diz legítimo, e diz para essas pessoas, e diga-se de passagem Deputado Ângelo Vanhoni, sem a imprensa, sem o Ministério Público, sem o acompanhamento de ninguém, e diz para essas pessoas: "Vocês daqui para fora, porque nós queremos plantar, queremos trabalhar". E aí aquela família pega a mala, a trouxinha nas costas, quando deixam, quando não queimam o carro.

Quero dizer para Vossa Excelência, Deputado Vanhoni, por mais inteligente que seja seu pronunciamento, Vossa Excelência deve estar sentindo nesse momento, e aqui eu quero fazer a defesa do Secretário de Segurança: quero dizer a Vossa Excelência que não concordo com Vossa Excelência, quer mexer com a moral do Secretário de Segurança.

Quem está trabalhando com essas desocupações não é só Secretário de Segurança, é uma equipe de alto nível comandada, a pedido do Governador Jaime Lerner, e prova disso é que não tem tido, não tem tido violência. É claro que vai pintar a violência, é claro que para ser visto por aí, alguém tem que se prestar a isso, para ser vista a violência. Agora, a maior violência começa quando não se respeita o direito à propriedade, que está na Constituição.

Quero dizer para Vossa Excelência, eu não sou nem a favor do MST, nem contra, porque eu tenho uma posição, se fosse por questões pessoais, tenho uma posição muito confortável a isso quando fui prefeito da minha cidade. Agora, sinceramente, Ângelo Vanhoni, ou nós paramos de brincar de faz de conta, ou nós olhamos a Constituição Brasileira e a lemos, e a interpretamos como deve ser interpretada, ou nós estamos causando um mal para a sociedade. E digo que quem está causando este mal para sociedade, primeiro são os líderes do MST que estão mais preocupados com a política do que com aqueles trabalhadores que estão jogados, sem terra, sem casa e sem oportunidades. Outros que são irresponsáveis, e grandes responsáveis são V.Exas. do Partido do PT, que fazem, que colocam uma viseira e olham só do ângulo que interessa politicamente a V.Exas., e aí pode ter certeza, Deputado Ângelo Vanhoni, nós não estaremos contribuindo para o bem estar social da nossa sociedade. Nós não estaremos contribuindo para chegarmos num denominador comum. V.Exa. viu o Líder do PT há um ano,

seis meses atrás dizendo que iam partir para a luta armada, não me lembro o nome daquele cidadão, V.Exa. viu isso.

Deputado Ângelo Vanhoni, o seu discurso, acho que nós teríamos que convidar aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, os juizes, o Ministério Público, para ouvirem o seu pronunciamento, porque o Governador do Paraná, até muitos atribuem que se demoraram muito a serem tomadas as medidas de desocupação, ele está cumprindo a Lei Deputado Ângelo Vanhoni. V.Exa. vem aqui fazer um pronunciamento político em cima do Governador. Quero dizer a V.Exa. que nós não estamos preocupados com essa revista, multiplique essa revista, distribua para o Brasil inteiro que jamais vai manchar a imagem do Governador Jaime Lerner, porque o que está acontecendo nesse momento é falta de credibilidade para o movimento, porque estão cometendo exageros, não estão querendo cumprir a lei, e quem não cumpre a lei hoje ou amanhã, ou quanto antes possível cai no descrédito, e o movimento está caindo do descrédito pela falta de capacidade dos seus líderes, de comandar isso pelo lado bom e pelo lado de resolver a questão democraticamente, socialmente, e quando dizemos democraticamente, Deputado Ângelo Vanhoni, é importante que se diga, obedecendo a lei. "A lei está acima de tudo."

Agradeço o aparte que V.Exa. me concedeu, pode ter certeza que quando estiver na tribuna e V.Exa. assim pedir eu procederei da mesma forma porque sei que V.Exa. vai contribuir com os meus pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esgotado o horário. V.Exa. tem um minuto. Já foi o horário do PSC inclusive, e nós abrimos uma...

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, concedo se não for ofensa ao deputado, claro, sem ter concedido, alguns minutos da Liderança do Governo para que ele conclua seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência, nobre Deputado, você tem uma liberdade, porque o Artigo 90 do Regimento Interno proíbe à cessão de horários de outros Partidos, só pode ser concedido aos seus liderados. Um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Considero, Deputado Valdir Rossoni, V.Exa. é um deputado de pouca idade, como eu também, V.Exa. deve ter aí por volta de 47, 48 anos, não sei a sua idade, tenho 43 anos de idade, mas lembro quando os trabalhadores do ABC estavam, iam para

as ruas para reivindicar salários. A decisão da justiça e a decisão do governo é de que os trabalhadores do ABC estavam fazendo um crime político, estavam fazendo um movimento político contra o Estado no nosso país.

Ora. Deputado Valdir Rossoni, V.Exa. diz que nós temos que respeitar aquilo que a Constituição diz. A Constituição diz que as terras improdutivas deste país, a propriedade privada, tem que ter uma finalidade social, sobretudo a propriedade da terra, isto está na Constituição, e não é respeitado este direito, V.Exa. fala de grampo, quero saber o seguinte, os fazendeiros, a questão de 2 anos e meio atrás, os fazendeiros lá de Querência do Norte deram declarações na imprensa de que queriam colocar minas nas suas propriedades...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Em virtude do pronunciamento longo e extenso do Deputado Ângelo Vanhoni, abro mão da Liderança do Governo porque não fiz uso do Horário.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Conforme nós já entregamos comunicado a todos os membros da Comissão de Terras, estamos voltando novamente a alertá-los de que hoje, após a sessão a Comissão de Terras vai ter uma reunião na Sala das Comissões, a fim de que nós possamos estabelecer um calendário de atividades para a Comissão de Terras aqui na Assembléia Legislativa, então nós estamos retirando o convite ao Deputado Irineu Colombo, ao Deputado Luiz Accorsi, ao Deputado Plauto Miró Guimarães, ao Deputado Divanir Braz Palma, ao Deputado Edgar Bueno, ao Deputado José Maria Ferreira, para que participem logo após a sessão das Comissões da reunião da Comissão de Terras.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Balinati, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 128/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera o Artigo 1º da lei nº 12.304/98, que declara de Utilidade Pública o Projeto "Plantão Sorriso". **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Europa, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 36, de 03.05.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, com sede e foro no Município de Tibagi. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 36, de 03.05.99).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 245/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Bela Vista do Ipe II, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública o Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 3ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da UNIOESTE, a extensão do Curso de Pedagogia, no Campus de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.E.C.E.. EMENDA

DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 3ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Itaguaçu do Paraná, em área adiante descrita, desmembrada de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 3ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).

LEI COMPLEMENTAR Nº 81

DATA: 17 de junho de 1998.

SÚMULA:

Institui a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do Art. 25, § 3º, da Constituição Federal e Art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Londrina terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito de Londrina e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em 17.06.98.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado do Planejamento e

Coordenação Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE

BELA VISTA DO PARAÍSO

Estado do Paraná

Ofício nº 030/99-GP.

Em, 10 de março de 1999.

Prezado Deputado.

Comunicamos que em sessão ordinária realizada neste Legislativo Municipal, no dia oito (08) p.p., foi aprovado o Requerimento nº 006/99, de autoria de todos os Edis, por unanimidade dos membros presentes:

Pedindo-lhe, por gentileza, que entre com um projeto de lei na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando a inclusão do Município de Bela Vista do Paraíso na Região Metropolitana de Londrina/PR.

Justificação: Com a globalização precisamos unir esforços e trabalhar em conjunto. Participando da Região Metropolitana nossos municípios terão algumas vantagens que virão com o decorrer do tempo, como:

1) Participação de nossos comerciantes e industriais em feiras e eventos em Londrina, divulgando o nome do nosso município e quem sabe vendendo produtos aqui fabricados e gerando mais empregos;

2) Maior possibilidade na instalação de empresas em nosso município;

3) Possibilidade da instalação do ônibus metropolitano que fará o transporte para Londrina a preços acessíveis; entre outras.

Ficaremos no aguardo do vosso pronto atendimento em um brevíssimo contato. Sem mais para o momento, aproveitamos desta oportunidade para expressar as nossas manifestações de estima, respeito e consideração.

Cordialmente,

(a) FABRÍCIO PASTORE - Presidente

Ao Exmo. Sr.

Antonio Carlos Belinati

DD. Deputado Estadual

Curitiba-Paraná

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 142/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo alterar a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável na forma de Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 142/99

O artigo 2º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.”

Em consequência da alteração procedida no artigo 2º, o artigo 3º perde seu objeto, ficando, portanto, revogado.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No item 8 estamos apreciando um projeto, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina, compreendida pelos Municípios: Rolândia, Cambé, Tamarana, sede em Londrina, Ibioporã e Jataizinho. E através do Projeto do Deputado Antonio Carlos Belinati, busca agregar o Município de Bela Vista a esta Região Metropolitana.

Já conversei com o Deputado Carlos Belinati, e fizemos um entendimento no Plenário, no sentido de que este projeto pudesse ser suspenso. Por quê? Porque é do interesse, após a primeira votação, é do interesse da nossa região que a Região Metropolitana, efetivamente, se estabeleça, se organize e busque cumprir as suas finalidades para as quais foi criada por esta Assembléia. E passado um ano não temos nenhuma medida concreta no sentido de nos organizarmos em Região Metropolitana.

E na medida, Deputado Alborghetti, em que estendermos a outros municípios fica muito mais difícil de termos uma ação homogênea no sentido de criar as bases para a implantação da Região Metropolitana de Londrina. Tem o Deputado Alborghetti, o Deputado Carlos Belinati, o Deputado Moisés Leônidas, Deputado Durval Amaral que fazem parte dessa região.

E com certeza, não sou contrário a Bela Vista, só que primeiro precisamos implantar, para que depois possamos fazer a agregação de outros municípios que com certeza contribuirão para o crescimento regional, para a organização e, sobretudo, para o planejamento organizado da nossa região.

E por isso é que espero que o Deputado Antonio Belinati faça um requerimento pedindo a suspensão, após a votação desta primeira sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Continua em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

(Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em conversa que já tive com o Deputado José Maria Ferreira, pediria então aos Srs. Deputados que aprovassem em 1ª Discussão esse Projeto então que fosse adiada a 2ª Discussão para que pudéssemos entrar no entendimento com lideranças regionais, e então pudéssemos transferir essa 2ª discussão que será também apresentado um requerimento na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 142/99 permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, revoga a Lei nº 12.405, de 30 de dezembro de 1998, que alterou a denominação da Escola Estadual São Braz. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 61, de 07.06.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 303/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo revogar a Lei nº 12405, de 30 de dezembro de 1998, que alterou, para a Escola Estadual Loris Escorsin, a denominação de estabelecimento educacional de nossa capital e manter a antiga denominação, Escola Estadual São Braz, daquela unidade escolar.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal ou constitucional para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para que nenhuma dúvida possa suscitar no futuro solicito a Vossa Excelência e à Assessoria da Mesa no sentido de que possa ser corrigida a súmula desse Projeto porque trata-se de um projeto de lei corrigindo um projeto de lei complementar. Então, há necessidade de que seja um Projeto de Lei complementar. E nesse sentido também que se declare que o Projeto foi aprovado pela unanimidade., já que exista quórum especial para votação de Projeto de Lei Complementar. E também na Ordem do Dia de hoje o item

05, 06 e 07 consta apreciar nesse turno a emenda aprovada em 3ª Discussão, na realidade é 2ª Discussão, já que estamos deliberando em 3ª. Mas peço também pela Ordem, Sr. Presidente, para fazer uma solicitação ao Deputado Valdir Rossoni, já que no dia 13/05/99, às 11:10 horas, em aparte que nós fazíamos, o Deputado disse o seguinte: "Não tinha entendido que Vossa Excelência estava querendo o detalhamento. Então, quero dizer a Vossa Excelência que faremos todo o esforço possível para prestar as informações a Vossa Excelência".

Diz respeito a três requerimentos que pedimos informações sobre o balanço de 1998. Como até agora não recebemos informações estamos repassando de novo ao Deputado Valdir Rossoni para que ele possa nos entender. E finalmente fazer um comunicado a esta Casa de que o Tribunal de Justiça do Paraná, através do Desembargador Milton Luz, do 3º grupo de Câmaras Cíveis do mesmo Tribunal, deferiu no dia 07/06 nova liminar contra a PARANAPREVIDENCIA. O Tribunal que já havia concedido liminar negando o desconto de 2% para a finalidade médica-hospitalar para os associados do Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual, no dia 07 também concedeu liminar não permitindo o desconto de 10% até a faixa salarial de um mil e duzentos, e de 14% para o restante, também para os filiados, aqueles sindicatos que se encontram na condição de inativos, pensionistas do serviço público estadual. Então, só comunicar mais uma liminar foi concedida contra o PARANAPREVIDENCIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em relação ao Projeto de Lei 52/99 procede a sua questão de ordem e vamos determinar a sua correção.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1236, 1238 e 1239, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1240 e 1241, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1243, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1244, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1245 a 1247, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1248 e 1249, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1251, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, quero dizer, sem ofensas e sem maldade, não carrego maldade comigo, esse projeto do Deputado Antonio Carlos Belinati, coloca, meu querido Deputado, Bela Vista - esse projeto é meu. Criei esse projeto na época do Governador Álvaro Dias, do Senador Roberto Requião, e fomos derrotados.

Depois esse projeto apareceu camuflado, aqui, nesta Casa, tentando me enganar e eu derubei esse projeto. Fui à tribuna e essa Casa votou comigo e derrubamos o projeto. Exigi com lealdade e caráter a inclusão dos nomes dos Deputados: José Maria Ferreira, Durval Amaral e do Eduardo Trevisan - que apareceu com esse projeto e ele não sabe onde fica o Jardim Bandeirantes, em Londrina. Aprovamos esse projeto.

Conversando com o Deputados José Maria e Durval, na época encaminhamos um expediente, inclusive, à Bela Vista do Paraíso, sem cunho político e sem pretensões - lá eu fiz duzentos votos.

Nós, eu e os Deputados José Maria e Durval Amaral fizemos uma série de correções nesse projeto, na nossa Região Metropolitana. Mas até agora essa Região Metropolitana não saiu do papel. Como diz o Deputado José Maria Ferreira, ele que já foi prefeito de Ivaiporã, sabe que papel é isso aqui, é aprovado, vai é sancionado. E o dinheiro? E a Comissão que tem que ser formada para coordenar a Região Metropolitana, como ela está formada aqui na Capital do Estado. Depois vem outras Regiões Metropolitanas. Por exemplo, o Prefeito Cássio Taniguchi ele é que vai, que coordena etc. Nós indicamos o Prefeito Antonio Belinati, para que ele coordenasse toda a nossa Região Metropolitana. Lamentavelmente não saiu do papel. O Antonio Belinati, o meu prefeito não recebeu recursos para manter essa região Metropolitana está aí a testemunha ocular, é o meu futuro prefeito de Ibiporã, o Deputado José Maria Ferreira. Nós gostaríamos de ver os recursos que a Região Metropolitana de Londrina tem direito.

Nós já fomos ao Secretário Giovani Gionédís, já fomos a uma série de Secretarias, para que se passe a Coordenação comandada pelo Prefeito Antonio Belinati, recursos para colocar realmente

em vigor a região metropolitana de Londrina. Não é por causa disso que não tenhamos que aceitar a cidade de Bela Vista do Paraíso. É uma cidade querida, aprendi a amar, sempre tenho ali duzentas famílias que acreditam na minha cara. Acreditam no meu trabalho. Pode contar V.Exa. que depois que o Deputado José Maria, nós nos reunimos com V.Exa. e nos reunimos com a comunidade de Bela Vista, sem cunho político, vamos esquecer política. Mas que Bela Vista saiba que a região metropolitana ainda não saiu do papel, o prefeito Antonio Belinati, ainda não tem recursos em caixa para colocar, por exemplo, a região metropolitana de Londrina precisa de um Secretário, de um relações públicas, de um embaixador diria eu, para buscar recursos em Brasília, buscar recursos no Governo. É a mesma coisa o Prefeito Antonio Belinati tem os seus secretários que vai buscar recursos, quando foi Prefeito o meu amigo José Maria Ferreira, ele não vinha para Curitiba, mas tinha uma assessoria para buscar recursos, o Deputado Pugliesi, já era mais atrevido e vinha brigava mas tinha o seu Secretário de relações públicas para buscar recursos.

Então o que precisamos na região Metropolitana de Londrina, com todo o respeito que tenho à Mesa, nós precisamos, tenho certeza que o prefeito Antonio Belinati vai colocar em pauta, vai formar essa grande comissão, ter um secretário à altura, para que ele continue com o meu apoio, com o apoio do Deputado Moysés Leônidas, com apoio do Deputado José Maria, Durval Amaral, buscar recursos, para que a região metropolitana seja forte, como foi comandada pelo Deputado Algaci, como vice-Prefeito, o Deputado Algaci sabe o que é uma região metropolitana, como é comandada pelo Prefeito Cássio Taniguchi. Então tenha certeza V.Exa. que o Município de Bela Vista do Paraíso, será bem-vindo a essa região metropolitana. Vamos nos unir, o senhor está trazendo. Agora, fico profundamente magoado que na época eu e o Deputado José Maria, pedimos ao Prefeito da época então, que mandasse para nós aqui, subsídios para a cidade de Bela Vista do Paraíso, para que a incluíssemos a região metropolitana. E lamentavelmente nós não fomos atendidos. Então criamos a região metropolitana com os municípios que aqui compareceram. Mas agora como Bela Vista quer participar, ela será bem-vinda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 137, 158, 236 e 242/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016

e de Lei Complementar nº 142/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/99.

Levanta-se a sessão.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/99

DATA DA INSCRIÇÃO:

a partir de 21 de junho de 1.999, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

LOCAL:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná -
Diretoria Legislativa.

OBJETO:

Concurso destinado ao preenchimento de 5 (cinco) vagas de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia.

EDITAL:

O Edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na Diretoria Legislativa da Assembléia, localizada no 2º andar, do Edifício da Administração.

TAXA DE INSCRIÇÃO:

R\$50,00 (cinquenta reais), que será revertida em doações a entidades de filantropia, declaradas de utilidade pública estadual.

Curitiba, em 09.06.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral